O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos

15-06-51

5
SBH
Pi 112 F
1/3
1

Sérgio Buarque de Holanda

NÃO é fácil distinguir a situação do pensamento histórico no Brasil durante êste meio século sem fixar o papel eminente de quem deu o primeiro passo para ampliar decisivamente suas perspectivas. Na obra de Capistrano de Abreu, é certo que a erudição teria de predominar de modo absorvente sôbre a especulação, e só por vias indiretas é possível determinar razoàvelmente o que fôsse o "pensamento" histórico nela representado

Entretanto, em nítido contraste com tantos dos seus predecessores, e refiro-me neste caso aos mais ilustres, o fato bruto e o simples testemunho documental não imperam esmagadoramente nessa obra. Nem, e muito menos, constituem aquela argila maleável de que fazem construções imaginosas, próprias para lisongear interêsses, vaidades ou paixões da hora que passa.

Dêsses riscos extremos, a que sucumbem, talvez, em sua maioria, os estudiosos de nosso passado, achou-se admiràvelmente preservada a obra de Capistrano de Abreu. Pesquisador constante e nunca inteiramente satisfeito, tendo trabalhado mais do que qualquer outro, depois de Varnhagen, para revelar, valorizar e bem aproveitar testemunhos escritos de nossa formação nacional, êle sabia, no entanto, que êsses documentos só falam verdadeiramente aos que ousam formular-lhes perguntas precisas e bem pensadas. Sabia, em outras palavras, palavras de um grande mestre moderno — Marc Bloch —, que tôda pesquisa histórica supõe, desde os passos iniciais, que o inquérito tenha uma direção definida. No princípio está o espírito. Nunca, em ciência alguma, a observação simplesmente passiva conduziu a resultados fecundos.

Qual o espírito, porém, qual o pensamento informador dessa obra, que deveria marcar o ponto de partida para um novo rumo nos estudos históricos entre nós? Sabemos que em sua mocidade o autor não fôra infenso ao positivismo conteano e que mais tarde aderira com mais firmeza e fervor às doutrinas de Spencer. Mas dos princípios positivistas e evolucionistas só guardaria obstinadamente o senso da medida, da precisão, do rigor nos raciocínios, que retém a imaginação dentro de limites plausíveis, além de uma sensibilidade aguçada à importância de ação dos fatores cósmicos — da terra, do meio e do clima — sôbre as instituições humanas.

Em seus escritos, bem raras são as referências a historiadores contemporâneos. Em compensação divulgou e traduziu alguns geógrafos (e antropólogos), não só aquêles que, como Wappaeus e Sellin se ocuparam expressamente do Brasil, mas ainda os que, como Kirchhoff, encaram de maneira geral as relações recíprocas entre o homem e a terra. O valor atribuído à paisagem natural na formação e evolução dos agrupamentos humanos bem se reflete nas palavras em que, comentando um dos capítulos do livro de Sellin, escreve que nela o lado geográfico deveria predominar com maior vigor.

Há, em sua caracterização dêsse livro, todo um programa de trabalho que, dentro dos limites cronológicos previstos, iria desenvolver finalmente em sua pequena obra mestra — os Capítulos da História Colonial — publicada pela primeira vez em 1907, e programa que diverge fundamente de tôdas as anteriores tentativas do mesmo tipo. Aqui, os aspectos mais nìtidamente políticos e os que dependem da pura ação individual, dificilmente redutíveis a qualquer determinismo, cedem passo a outros, aparentemente humildes e rasteiros, que mal encontravam guarida na concepção tradicional da história.

Assim é que às guerras flamengas, por exemplo, um dos temas diletos de antigos historiadores, consagra apenas trinta e poucas páginas, contra mais de cem devotadas ao povoamento do sertão; quase o inverso da proporção relativa que têm essas matérias na primeira edição da História Geral de Varnhagen. E no povoamento do sertão distingue expressamente entre as expedições colonizadoras, que alcançariam influência perdurável, e outras, que lhe parecem apenas despovoadoras e devastadoras: só as primeiras o interessam vivamente. Na história do extremo-sul, volta-se com antipatia manifesta contra as fases bélicas, revolucionárias, "heróicas". À própria Inconfidência, movimento político explicável pela influência de idéias adventícias, que não se entranham em nossa tradição vinda dos primeiros tempos da colônia, reage por um silêncio sintomático e certamente deliberado.

As conseqüências naturais dessa atitude não se fizeram imediatamente sentir em tôda a sua extensão, mesmo no círculo dos seus discípulos e companheiros diletos. Na obra de Calógeras, por exemplo, que nos deu em Formação Histórica do Brasil como um prolongamento dos Capítulos só as primeiras seções, inspiradas diretamente na obra de Capistrano, reflete um pouco do mesmo espírito. No mais vamos encontrar apenas o investigador paciente e seguramente informado que, em Política Exterior do Império, atentara principalmente para questões políticas e diplomáticas. Seria injusto negar, entretanto, que em seu longo estudo acêrca das Minas do Brasil e sua Legislação (impresso entre 1904 e 1905), e sobretudo na breve e admirável síntese contida em sua conferência de 1912 na Biblioteca Nacional (O Brasil e seu desenvolvimento econômico), Calógeras mostrou as amplas perspectivas que oferece a exploração de um domínio quase virgem: o de nossa história econômica.

Mais fecundo foi o exemplo de Capistrano e também o do barão do Rio Branco nos terrenos da investigação e informação erudita. As anotações do primeiro à Guerra da Tríplice Aliança de Schneider e os notáveis "Prologómenos" do segundo à História de Frei Vicente do Salvador permanecem modelos de trabalho que tiveram seguidores eméritos, como Rodolfo Garcia — que comentou a maior parte da História Geral do Visconde de Pôrto Seguro (o primeiro volume já fôra anotado pelo próprio Capistrano), além de crônicas coloniais, como os tratados de Fernão Cardim, os Diálogos das Grandezas do Brasil, a Viagem de Claude d'Abbeville — e também Eugênio de Castro, organizador e anotador da edição do Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza, publicada em 1928 e reimpressa em 1940, por ocasião dos centenários portuguêses.

Onde, porém, a ênfase maior dada a certos aspectos da história geográfica e social se revelaram em tôda a sua importância foi na divulgação de documentos capazes de abrir novo sulco para estudos de história social ou econômica e não apenas política, bélica e genealógica. O impulso mais decisivo nesse sentido foi a impressão, por iniciativa de Washington Luiz — êle próprio historiador e atento ao valor das fontes manuscritas — das séries de Actas da Câmara de Santo André (1914) e de São Paulo, iniciadas, estas, em 1914, e ainda hoje em curso de publicação, assim como a do Registro Geral da Câmara de São Paulo (iniciada em 1917), dos Inventários e Testamentos (iniciada em 1920) e das Sesmarias (iniciada em 1921).

À impressão dêsses valiosos documentários deve-se o surto de estudos sôbre o passado paulista, especialmente sôbre a expansão geográfica do Brasil colonial. Sem os Inventários e Testamentos não teria sido possível um trabalho como o de Alcântara Machado sôbre a Vida e Morte do Bandeirante, publicado em 1930. E sem os textos municipais mal se conceberiam os valiosos estudos de Afonso d'E.Taunay sôbre São Paulo no Século XVI, prolongados depois em sua história da vila e da cidade de São Paulo. O acesso mais fácil a êsses documentos permitiu, além disso, os numerosos trabalhos de reconstituição e revisão da história paulista e das bandeiras, empreendidos por Washington Luiz, Basílio de Magalhães, Paulo Prado, Ellis Junior, Américo de Moura, Carvalho Franco, Cassiano Ricardo, Aureliano Leite, Nuto Sant'Ana e muito especialmente Afonso d'E. Taunay, cuja opulenta História Geral das Bandeiras Paulistas começou a publicar-se em 1924 e só se completou neste ano de 1951, abrangendo ao todo onze copiosos volumes.

A elaboração metódica da história das bandeiras paulistas pode dizer-se que só se tornou realidade neste meio século, e isso graças especialmente aos textos exumados dos arquivos paulistas, e ainda a publicações estrangeiras, como a dos documentos sôbre

(Conclui na 3.ª página)

(Conclusão da última página)

o Paraguai jesuítico impressos em Espanha pelo padre Pablo Pastells, S. I., e os manuscritos do arquivo de Sevilha divulgados, por iniciativa de Taunay, em vários tomos dos Anais do Museu Paulista. O movimento promete prosseguir nos próximos anos com os trabalhos recentes do historiador português Jaime Cortesão e sobretudo com o preparo, a seu cargo, de numeroso material manuscrito da Coleção de Angelis, cuja publicação há de ser brevemente iniciada pela Biblioteca Nacional.

Outro problema de nossa história colonial que pôde ser explorado e amplamente iluminado nestes cinqüenta anos foi o das atividades da Companhia de Jesus nos primeiros séculos da colonização. O renascimento dos estudos jesuíticos pode dizer-se que data do 3.º Centenário da morte de Anchieta. O volume impresso justamente em 1900, onde se reunem as conferências, entre outros, de Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, Teodoro Sampaio, Couto de Magalhães, Brasílio Machado, pronunciadas por motivo de celebração, é sem dúvida uma contribuição apreciável. Não dispondo, contudo, de novas peças documentárias, os autores pouco acrescentaram, do ponto de vista informativo, ao que já se sabia da atividade colonial dos inacianos. Dessa carência de documentação ressentem-se ainda algumas obras posteriores, como a do padre Luiz Gonzaga Cabral ou mesmo o extenso trabalho sôbre a liberdade dos índios e a Companhia de Jesus, que J. M. Madureira, S. I. apresentou em Congresso Internacional de História da América e se publicou em 1929.

E' certo que a bibliografia relacionada com os jesuítas no Brasil não deixara de enriquecer-se no intervalo que separa essa publicação das comemorações do tricentenário de Anchieta. Em sua maioria, porém, o documentário divulgado não se referia pròpriamente à província do Brasil. E' o caso, por exemplo, da já citada compilação do padre Pastells e também das numerosas peças abrangidas no terceiro volume, de 1922, da História do Rio Grande do Sul do padre Carlos Teschauer. Todos êsses papéis referem-se naturalmente ao extremo-sul do Brasil. Sôbre o extremo-norte existia, desde 1901, o importante trabalho do historiador português João Lúcio de Azevedo consagrado aos Jesuítas do Grão Pará. Ao mesmo historiador devemos uma História do Padre Vieira, impressa pela primeira vez em 1918 e também uma edição nova e enriquecida das Cartas de Vieira, que vieram enriquecer consideràvelmente nosso conhecimento da vida e obra do grande pregador.

Nos anos seguintes, a reunião das demais cartas jesuíticas, já conhecidas, sôbre o Brasil, em volumes copiosamente anotados, iniciativa da Academia de Letras, pôde reavivar o interêsse pelo estudo da participação dos padres da Companhia na colonização. O passo mais importante para a revelação ampla da obra da Companhia no Brasil seria dado a partir do mesmo decênio de 30 pelo padre Serafim Leite. Seus estudos e conferências reunidos em 1937 nas Páginas de História do Brasil constituiam apenas uma amostra, ampliada em 1940 com as Novas Cartas Jesuíticas, da riqueza de peças documentais que o autor pudera coligir não só no Arquivo da Sociedade de Jesus em Roma, como ainda de outros arquivos europeus. O principal resultado dessas pesquisas seria a História da Companhia de Jesus no Brasil, que principiou a publicar-se em 1938 e de que em 1950 saiu o décimo e último volume. Não se poderia esperar melhor remate para o meio século de investigações de números os historiadores em tôrno da obra de catequese e colonização empreendida pela milícia de Santo Inácio.

Outro aspecto da história do Brasil que pode esclarecer-se largamente neste meio século é o relativo às questões com o Prata durante o Império. Sôbre a guerra do Paraguai especialmente, os longos estudos de Tasso Fragoso (1934) e Ramón Cárcano (1939-42), escritos, um do ponto de vista brasileiro e outro do argentino, fornecem elementos numerosos para a boa compreensão dos diferentes episódios da campanha da Tríplice Aliança. Outros elementos puderam ser propiciados com a impressão, em 1925, dos diários do exército em operações sob o comando de Caxias; em 1936, do diário de viagem do Conde d'Eu, e em 1910 das reminiscências de Dionísio Cerqueira. A publicação, em diversos volumes, de trabalhos esparsos do visconde de Taunay, incluindo material inteiramente inédito até 1924, data da edição, tornou acessíveis algumas das contribuições fundamentais do autor da

Em muitas obras existentes sôbre o assunto a parte polêmica ainda é considerável e às vêzes dominante. Uma das mais recentes, a do embaixador Cárcano, que pretende assumir posição de perfeita imparcialidade, encerra numerosas teses que não receberam aquiescência tranqüila no Brasil ou na própria Argentina. O ponto de vista brasileiro a respeito de algumas dessas teses, foi ùltimamente defendido pelo sr. Júlio de Mesquita Filho, em um dos seus "ensaios sul-americanos".

Divergências semelhantes subsistem, como seria de esperar, a propósito das campanhas platinas do primeiro reinado. Um dos episódios dessas lutas deu motivo ao trabalho do embaixador José Carlos de Macedo Soares, sôbre os "Falsos Troféus de Ituzaingó" e posteriormente ao de Tasso Fragoso, onde estuda a "batalha do Passo do Rosário." Sôbre os acontecimentos que se seguiram às campanhas da Cisplatina e precederam à guerra da Tríplice Aliança, há material farto e documentado nos livros de Souza Docca (1919) e de Pelham Horton Box (1927), êste último em inglês e dedicado expressamente aos antecedentes do conflito. Hélio Lobo publicou, em Às Portas da Guerra (1916), os resultados de suas pesquisas em arquivos diplomáticos sôbre os fatos que precederam imediatamente às hostilidades. Em A Invasão Paraguaia no Brasil, Walter Spalding apresentou-nos, em 1940, material ainda em grande parte desconhecido acêrca do desenvolvimento da guerra. E nestas últimas semanas, com a publicação do precioso Catálogo da Coleção Rio Branco, abrangendo 5.122 entradas, e cujo fundo é constituído de peças dos arquivos paraguaios, o nosso Ministério das Relações Exteriores veio oferecer um manancial opulento aos estudiosos dêsse aspecto de nossa história militar.

Não se pode finalmente esquecer, entre os progressos realizadores neste meio século para o melhor conhecimento de nosso passado, a divulgação extensa de textos mais exatos e completos referentes à fase inicial da ocupação do solo. A publicação, em Portugal, dos três volumes da monumental História da Colonização Portuguêsa, comemorativa do primeiro centenário da Independência e abrangendo textos numerosos transcritos geralmente com zêlo e precedidos de comentários eruditos, representou, por êsse lado, uma iniciativa memorável. E que teve logo quem, seguindo seu exemplo, tratasse de dotar-nos de documentário mais idôneo e lùcidamente interpretado. Basta lembrar, a êsse respeito, a já citada publicação do Diário de Pero Lopes, comentada por Eugênio de Castro; o novo texto português, exaustivamente anotado da Nova Gazeta de 1514, que organizou Clémente Brandenburger, e ainda a excelente edição e os valiosos comentários da carta de Pero Vaz de Caminha, que devemos a Jaime Cortesão. No mesmo espírito, e já em 1922, publicara em Nova York, The Cortez Society, o texto fac-símile da História de Gandavo, enriquecido de importantes notas e comentários de John B. Stetson Junior.

Com algumas reservas, talvez, na parte que se relaciona às campanhas sulinas do Império, o inte-

rêsse por todos êsses diferentes problemas, que, através dêste meio século, puderam ser melhor esclarecidos — descobrimento e ocupação da terra, atividade dos jesuítas e conquista do sertão — deveu muita coisa, sem dúvida, à ação estimulante de Capistrano de Abreu. Especialmente no que diz respeito à atividade da Companhia de Jesus é bem conhecida sua opinião de que seria presunçoso quem escrevesse a história do Brasil sem antes se escrever a dos jesuítas. Se isso fôsse verdadeiro, caberia dizer, que, já agora, é lícito escrever a história do Brasil sem presunção.

Independentemente dêsse estímulo não faltaram, é certo, as tentativas muitas vêzes laboriosas, mas fundadas num critério de apresentação sobretudo cumulativa dos fatos históricos, como ocorre na considerável História do Brasil de Rocha Pombo. Entretanto um esfôrço isolado que significou importante contribuição metódica para o estudo de nosso passado é o volume extremamente condensado que João Ribeiro destinou a fins didáticos. Pela sua estrutura e pelo sistema de exposição adotado, afasta-se esta obra das tendências mais generalizadas entre seus contemporâneos e antecessores brasileiro. Ao menos na sua característica divisão do país em regiões históricas bem definidas, parece filiar-se melhor ao programa contido nas Idéas Gerais de Martius, impressas em 1845, e ainda à História do Brasil de H. Handelmann, que, publicada em alemão há mais de um século, só teria tradução portuguêsa em 1931.

A existência de núcleos de estudiosos, congregados, em sua generalidade, à volta de instituições provinciais criadas nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tornou possível, em certos casos, o desenvolvimento acentuado de estudos regionais, já em princípios dêste século. À orientação do barão de Studart, por exemplo, que até à sua morte, em 1927, estêve à frente do Instituto do Ceará, muito contribuiu certamente para o desenvolvimento de aturadas pesquisas sôbre o povoamento do litoral e do sertão do nordeste. Igualmente importante foi a atuação de um José Higino, de um Alfredo de Carvalho, de um Pereira da Costa, de um Rodolfo Garcia, em Pernambuco. Ou, na Bahia, de um Borges de Barros, de um Braz do Amaral, de um Teodoro Sampaio, do Roville Derby, de Toledo Piza, de Eduardo Prado. Publicações como a Revista do Arquivo Público Mineiro ou a do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, entre outras, ampliaram, por vêzes desordenadamente, o mesmo esfôrço, sôbre outras áreas.

Se, numa caracterização feita a traço grosso, é possível dizer que a obra de Capistrano de Abreu acentuou o papel de determinismo, sobretudo de determinismo geográfico (e também de certos aspectos antropológicos, mormente os que se relacionam à influência indígena) na vida brasileira, não faltaram, neste meio século, os que fizeram recair o acento tônico sôbre certas fases do nosso passodo, encaradas através da atividade de um indivíduo. A obra exemplar no gênero — Um Estadista do Império de Joaquim Nabuco — publicada em 89, oferece-nos um opulento painel do segundo reinado, onde o calor e a devoção filial não chegam a perturbar a visão nítida do historiador.

Escrita necessàriamente com outro espírito, e principalmente com as vantagens — e as desvantagens — da maior distância no tempo, a principal obra de Oliveira Lima — o D. João VI no Brasil — publicada em 1908, continua sendo a mais ampla fonte de informações acêrca do Brasil Reino. A publicação do volume de Tobias Monteiro sôbre a Elaboração da Independência, onde sobressaem os aspectos íntimos e anedóticas da vida brasileira ao tempo do rei, não conseguiu relegá-lo a segundo plano.

Entre outras obras de fundo biográfico que representam considerável contribuição para o conhecimento do passado brasileiro, caberia ainda lugar de destaque à série de escritos sôbre a vida e obra de Mauá, que devemos a Alberto Faria, Castro Rebelo, Lídia Besouchet, Cláudio Ganns. Estudos mais recentes, como os de Heitor Lira sôbre Pedro II, Wanderley Pinho sôbre Cotegipe — de que só se publicou o primeiro volume —, de Alberto Rangel sôbre D. Pedro Primeiro e a Marqueza de Santos, de Marcos de Mendonça sôbre o Intendente Câmara, de Álvaro Lins sôbre o barão do Rio Branco, servem para demonstrar a fertilidade de um gênero, que forma espúria e menos recomendável constituída pelas modernas biografias romanceadas não conseguiu desmoralizar. Entre as obras biográficas que representam contribuição insubstituível para a inteligência histórica é preciso assinalar particularmente a série de obras com que o sr. Otávio Tarquínio de Souza vem alargando nosso conhecimento da fase da Regência — enquanto não aborda mais amplamente a do Primeiro Reinado — através de estudos em tôrno de algumas das suas figuras centrais: Evaristo da Veiga, Bernardo de Vasconcelos, Feijó e José Bonifácio.

Ao lado dos estudos estritamente históricos — e sem falar nos de história artística e literária, que não cabem nesta resenha — devem mencionar-se, ao menos de passagem, algumas obras que, situadas embora na periferia dêsses estudos, vieram enriquecê-los de modo apreciável. Refiro-me em particular aos ensaios de investigação e interpretação social que passaram aos poucos a empolgar numerosos espíritos. Trabalhos parciais de Couto de Magalhães, Batista Caetano, Macedo Soares, Rebouças, Sílvio Romero, José Veríssimo, Teodoro Sampaio, Orville Derby, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Manuel Bonfim, Alberto Tôrres, entre outros, abriram sendas para um tipo de pesquisas que nossos historiadores mal tinham praticado.

O primeiro estudo sociológico de Oliveira Viana — as Populações Meridionais do Brasil — é também obra de historiador. Em seu inquérito sôbre as populações do centro-sul do país, êle procurou aplicar primeiramente os métodos elaborados em parte por Le Play, na medida em que se adaptavam à observação indireta. Em trabalhos posteriores ampliou-os com o recurso a doutrinas que davam predominância aos elementos raciais. Ao determinismo geográfico, afugentando de certo modo nos trabalhos iniciais, substituia-se agora uma espécie de determinismo biológico. Simultâneamente o autor dedicou-se a ensaios de história social e psicológica inspirados por fatos e personalidades do Império, sobretudo do Segundo Reinado, dando certa popularidade a um gênero de ensaios interpretativos já realizado com bom êxito por Euclides da Cunha, principalmente, em Contrastes e Confrontos e À Margem da História.

Novo e generoso impulso aos estudos interpretativos, com base em amplo material histórico, deu-o o sr. Gilberto Freyre, a partir de 1933, com a publicação de Casa Grande e Senzala. Um conhecimento extenso do passado rural sobretudo de seu nordeste, orientado pelo estímulo que lhe forneceram os métodos difusionistas desenvolvidos por Franz Boas e seus discípulos norte-americanos, e por numerosos estudos norte-americanos e europeus sôbre contactos sociais e miscegenação, abriram-lhe perspectivas ideais para abordar nossa formação histórica. Para isso tomou como ponto de partida o triângulo representado pela família patriarcal, a grande lavoura e o trabalho escravo, analizando suas repercussões sociais em uma série de estudos cujo último volume ainda se encontra em preparo. Embora sem desdenhar, nesses estudos, o fator biológico na constituição da sociedade brasileira, deu maior ênfase — em contraste com Oliveira Viana — ao elemento cultural, entendido êste com o timbre que à palavra "cultura" vêm associando numerosos antropologistas. Cultura compreendida como o conjunto global de crenças, hábitos, idéias, normas de vida, valores, processos técnicos, produtos e artefatos, que o indivíduo adquire na sociedade antes como um legado tradicional do que em resultado de sua própria atividade criadora.

Êsse tipo de inquérito levou-o naturalmente a desenvolver, em estudos posteriores, principalmente em Nordeste, o exame das relações entre o homem e a terra nas áreas açucareiras que se alongam pelas regiões litorâneas entre a Bahia e o Maranhão. Associou-lhes a designação de critério ecológico, embora

pouco tenham a ver, além do nome, com as teorias de Ecologia Humana desenvolvidas sobretudo nos Estados Unidos, e particularmente em Chicago, a partir de 1921, por Park e Burgess.

A bibliografia histórica do decênio de 30 é largamente ocupada por escritos onde a interpretação elucidativa, e às vêzes interessada e mesmo deformadora dos fatos, visa a explicar tais fatos ou a caracterizá-los em sua configuração especìficamente nacional. A importância de muitos dêsses escritos, suscitados em parte pelas perplexidades de uma época de crises e transformações, exigiria estudo a parte. E embora contribuissem, muitos dêles, para dar novo rumo aos estudos históricos, não seria possível na presente resenha, sem alongá-la em demasia, ir muito além de uma enumeração necessàriamente incompleta.

Nesse caso encontra-se, por exemplo, Retrato do Brasil de Paulo Prado, onde o historiador de Paulística, intimamente vinculado à "escola" de Capistrano de Abreu, se propõe, apoiado em copiosa informação histórica, mostrar que o país ainda dormia "seu sono colonial" e, dois anos antes do movimento de 30, enuncia a necessidade de se "fazer tábua raza para depois cuidar da renovação total". Publicando, já em 1930, a Política Geral do Brasil, que além do ensaio interpretativo é uma síntese por vêzes sedutora, embora necessàriamente parcial, da história do segundo reinado e da primeira república, o sr. José Maria dos Santos adota atitude, de certo modo, oposta. Contra os males do preesnte, que procura apresentar como fruto de um processo involutivo, nascido da "deformação republicana, acena sem hesitar para remédios do passado. Ao presidencialismo contrapõe as vantagens do parlamentarismo. E a própria revolução de 30 não lhe parece que virá interromper, mas antes agravar, os danos do principio presidencial, pois prepara o advento de caudilhismo e da "era do cavalo".

Em numerosos estudos de "formação" publicados pela mesma época encontra-se insistente o apêlo àquilo que um ensaista norte-americano denomina o "passado utilizável", para a composição de quadros empolgantes que se apresentam ao mesmo tempo como terapêutica ideal para tôdas as nossas mazelas. Essas supostas reconstruções, que levadas à sua forma extrema desembocariam em manifestações totalitaristas, especialmente na doutrinação integralista, mal interessam, em sua generalidade, à pesquisa historiográfica.

Mais interessantes, por todos os aspectos são, sem dúvida, as tendências de explicações de paisagens regionais, em que um critério por vêzes apologético não impede a iluminação de alguns problemas históricos muitas vêzes descurados. Em seu livro sôbre a Formação do Rio Grande do Sul, que retoma o assunto já abordado em ensaio breve, mas extremamente condensado de Rubem de Barcelos, Jorge Salis Goulart procura caracterizar o passado e presente das populações sulinas com o socorro da história geográfica, da psicologia social, da sociologia... Servindo-se de critérios semelhantes, o sr. Alfredo Ellis Junior já abordara anteriormente, em sucessivos estudos, os problemas da formação paulista. E o sr. Cassiano Ricardo, em Marcha para o Oeste, já parte do regional para o nacional, do passado para o presente e o futuro, tentando um esfôrço paralelo ao que desenvolvera Gilberto Freyre no nordeste.

A interpretação social e psicológica da vida brasileira, tomada em seu conjunto, e independentemente do ângulo regional, forneceu-nos, pela mesma época, outras obras significativas, e entre elas convém destacar a que publicou em 1936 o sr. Afonso Arinos de Melo Franco sob o título de Conceito de Civilização Brasileira. Nos anos seguintes e mesmo no início do decênio seguinte perdura o interêsse pelos estudos interpretativos. De 1943 é A Cultura Brasileira do sr. Fernando de Azevedo, obra extensa, onde o autor, catedrático de Sociologia, familiarizado com métodos de pesquisa social, especialmente os que dependem das teorias durkhoimianas, aplica-os em alguns casos ao exame de nossa evolução social, cultural e política. Em Formação da Sociedade Brasileira, impressa ano seguinte, o sr. Nelson Werneck Sodré ambiciona ainda, através da inquirição do passado, servir ao presente e "fornecer instrumentos aplicáveis aos caminhos futuros."

Por menos que êsses trabalhos devam inscrever-se na literatura historiográfica, tomada a palavra strictu sensu, é forçoso admitir-se que participam de uma tendência que se reflete vivamente em outras obras da mesma época, onde a interpretação pessoal, endereçada a um alvo determinado, cede passo ao puro esfôrço de elucidação. Na obra já numerosa do sr. Pedro Calmon, onde se incluem trabalhos sôbre a expansão baiana e a Casa da Tôrre, figura, ao lado da grande História do Brasil, também uma História Social do Brasil, que em seu terceiro volume já abrange a fase republicana. Êsse interêsse pelo social — e no caso também pelo econômico — encontra-se ainda nos estudos históricos do sr. Afonso Arinos de Melo Franco, principalmente os que abordam nossa civilização material, a evolução da economia brasileira e a História do Banco do Brasil, interrompida com o primeiro volume.

Na série de estudos do sr. J. F. de Almeida Prado iniciada com Primeiro Povoadores do Brasil e que já compreende, por ora, oito volumes, é utilizada um opulento acêrvo de testemunhos, sobretudo de viajantes estrangeiros, para a exposição e, não raro, a revisão de fatos da história social e econômica do Brasil durante os séculos iniciais da colonização.

Mesmo numa relação bastante incompleta, como a presente, não seria lícito esquecerem-se certos trabalhos dedicados à história regional, como os de Aurélio Pôrto e Borges Fortes sôbre colonização do extremo-sul, do sr. Artur Cesar Ferreira Reis sôbre o extremo-norte, do sr. Alberto Lamego sôbre a região de Campos dos Goitacazes, do sr. Tavares de Lira sôbre o Rio Grande do Norte, do sr. Oswaldo Cabral sôbre Santa Catarina, do sr. Aluizio de Almeida sôbre o sul de São Paulo, do sr. Noronha Santos, Luiz Edmundo, Vivaldo Coaracy e Gastão Cruls sôbre o Rio de Janeiro, de Estevão de Mendonça e do sr. Virgílio Correia Filho sôbre Mato Grosso, do sr. Romario Martins sôbre a Paraná, do Cônego Raimundo Trindade sôbre a arquidiocese de Mariana, de Rego Monteiro sôbre a Colônia do Sacramento, dos srs. José Honório Rodrigues e José Antônio Gonçalves de Melo Neto sôbre o domínio holandês no nordeste, Da obra do sr. Gonçalves de Melo, diretamente influenciada por idéias e escritos do sr. Gilberto Freyre, escreve o sociólogo pernambucano que é "a mais completa, mais minuciosa e mais compreensiva que hoje existe em qualquer língua" sôbre o tempo dos flamengos.

Ao lado dos estudos de "formação" já abordados, deveria alinhar-se naturalmente o que devotou o sr. Caio Prado Júnior, em 1942, à interpretação e explicação do Brasil dos nossos dias, através de sua evolução histórica, desde as vésperas da Independência. Obra corpulenta e ambiciosa, pois o volume de amplas proporções já publicado quer ser apenas o primeiro de uma série talvez considerável, poderia tomar lugar entre os vastos estudos histórico-sociológicos dos srs. Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo. A inquirição histórica baseia-se aqui num critério interpretativo fornecido pelas doutrinas do materialismo histórico. Fiel, todavia, aos princípios teóricos que assenta, o estudo do sr. Prado Júnior focaliza muito mais diretamente os problemas econômicos, que lhe parecem, em última instância, os decisivos para a elucidação do passado e do presente. E essa ênfase ganha pela economia aponta para uma direção que tendem a tomar, cada vez mais, entre nós, as pesquisas históricas, abrindo-lhes territórios até aqui mal explorados.

O impulso mais poderoso para êsse tipo de pesquisas iniciara-se, aliás, com a publicação dos dois volumes da História Econômica do Brasil de Roberto Simonsen, onde se abrange grande parte do curso dado pelo autor na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Parte apenas, pois inclui ùnicamente o período colonial. A outra parte, que não chegara a ser redigida, deveria envolver as questões mais embaraçosas das fases imperial e republicana. E' inevitável pensar-se, hoje, que a abordagem dessas questões só será realizável através de um trabalho prévio, empreendido por diferentes especialistas que se dediquem, cada qual, a determinada época e a determinados problemas, não por meio de vastas sínteses onde o particular tende a esfumar-se e a perder-se em proveito de alguma ilusória visão de conjunto.

Alguns aspectos de nossa história econômica e financeira já puderam ser abordados, sem dúvida, através de estudos monográficos quase exaustivos. Neste caso estaria, em primeiro lugar, a monumental História no Café no Brasil, do sr. Afonso d'E. Taunay, cujos quatorze volumes, repletos de minuciosas informações, são bem dignos do autor da História Geral das Bandeiras. Sôbre aspectos gerais de nossa história financeira e monetária existem desde há muito trabalhos valiosos, a começar pelas de Sebastião Ferreira Soares, ao tempo da monarquia, e em seguida pelos de Amaro Cavalcanti, Pandiá Calógeras, Severino Sombra, até aos mais recentes, como o do sr. Dorival Teixeira Vieira. Sôbre a história da indústria extrativa na Amazônia há o trabalho moderno do sr. Artur Cesar Ferreira Reis, que mereceria ser ampliado. E em São Paulo a sra. A. P. Canabrava, apoiando-se em recursos da historiografia moderna, tem abordado várias questões relacionadas ao comércio colonial, especialmente ao comércio de contrabando com o Prata, e à lavoura açucareira no norte do Brasil e nas Antilhas.

A complexidade dêsses assuntos está a requerer cada vez mais a utilização dos métodos que se vêm desenvolvendo em países onde existe longa tradição de estudos históricos especializados. E a preocupação de assimilar alguns dêsses métodos e aplicá-los a problemas brasileiros já é hoje o aspecto dominante e creio que o mais auspicioso do pensamento histórico entre nós. A êsse propósito não se poderá acentuar demasiado a influência que tem cabido nos últimos anos aos mestres estrangeiros contratados para os institutos universitários. Referindo-se à criação, em 1934 e 35, das nossas primeiras faculdades de filosofia e letras — a de São Paulo e a do Distrito Federal — o sr. Fernando de Azevedo pôde notar em A Cultura Brasileira a carência, sensível àquela época, de personalidades realmente eminentes nos vários domínios da especialização intelectual e científica. Impusera-se para o magistério de tôdas as disciplinas, o recurso a missões de professôres estrangeiros — franceses, italianos, norte-americanos, alemães, inglêses — contratados em seus países para lecionarem nas novas faculdades.

No que se refere à história, inclusive à história do Brasil, em seus diferentes setores, foi certamente decisiva e continua a sê-lo, sôbre as novas gerações, a ação de alguns daqueles mestres: de um Jean Gagé, por exemplo, e de um Fernand Braudel em São Paulo; de um Henri Hauser e de um Eugène Albertini, na hoje extinta Universidade do Distrito Federal. O que puderam realizar até aqui, no sentido de sugerir novos tipos de pesquisa e suscitar problemas novos, é apenas sensível, por ora, em certo tipo de trabalhos — cursos especiais, seminários, teses de concurso — que pela sua mesma natureza hão de fugir ao alcance de um público numeroso. Não parece excessivo acreditar, entretanto, que nêles já se encontra o gérmen de um desenvolvimento novo e promissor dos estudos históricos no Brasil